

SELOS ALFANDEGÁRIOS DO CONVENTO DE SANTANA DE LISBOA

Joana Gonçalves

NOVA/FCSH – Instituto de Arqueologia e Paleociências
Associação dos Arqueólogos Portugueses
joanafrgoncalves@gmail.com

Rosa Varela Gomes

NOVA/FCSH - Instituto de Arqueologia e Paleociências / História, Territórios e Comunidades
CFE - Associação dos Arqueólogos Portugueses
rv.gomes@fcs.unl.pt

Mário Varela Gomes

NOVA/FCSH - Instituto de Arqueologia e Paleociências
Academia Nacional de Belas Artes – Academia Portuguesa da História - Associação dos Arqueólogos Portugueses
mv.gomes@fcs.unl.pt

ABSTRACT

The archaeological excavation campaigns carried out in the area of the former Santana Convent of Lisbon (2002/2003, 2009/2010), led by two of the authors (RVG and MVG) exhumed, among a few thousand pieces, a small set of lead customs seals of the 16th century. Despite its poor state of conservation, it is possible to recognize different shapes and dimensions, as well as motifs that identified them, namely the armillary sphere. These seals were most commonly used when importing textiles that we know have different origins, from European countries to the East.

Keywords: Customs Seals; Santana Convent; Lead; 16th century; Armillary sphere.

RESUMO

As campanhas de escavações arqueológicas efectuadas na área do antigo Convento de Santana de Lisboa (2002/2003, 2009/2010), dirigidas por dois dos signatários (RVG e MVG) exumaram, entre alguns milhares de peças, pequeno conjunto de selos alfandegários de chumbo, do século XVI. Apesar do seu mau estado de conservação, é possível reconhecer formas e dimensões diversas, assim como motivos em relevo que os identificaram, nomeadamente esfera armilar. Estes selos eram mais comumente usados aquando da importação de têxteis que sabemos terem tido diferentes origens, desde países europeus ao Oriente.

Palavras Chave: Selos Alfandegários; Convento de Santana; Chumbo; Século XVI; Esfera Armilar.

INTRODUÇÃO

O Convento de Santana, de Lisboa, erguia-se na colina com o mesmo nome, na zona imediatamente a norte do centro urbano da capital durante a Idade Média e grande parte da Idade Moderna. Ele foi criado por vontade de Violante da Conceição e por patrocínio régio de D. João III e sua esposa D. Catarina.

Em 1562 as religiosas ocuparam aquela casa, oficialmente inaugurada em 1564 e sucessivamente ampliada, chegando a tornar-se um dos maiores conventos lisboetas, dos quase noventa que se contavam em 1755. Albergava, em 1702, cerca de três centenas de pessoas, e em 1777 mais de quatro centenas de almas. Aquando do megassismo de 1755, a Igreja do Convento de Santana ruiu parcialmente, tal como sector dos dormitórios, entrando aquele em declínio, apesar das reconstruções implementadas a partir de 1778. Todavia, o Convento de Santana, ou pelo menos parte dele, funcionou até à morte da sua última freira, em 1884.

Em 1871 foi realizado levantamento das estruturas conventuais, onde se observa o templo e os seus anexos, assim como claustro integrando um dos poços que ali escavámos. Nos finais do século XIX foi elaborado projecto para aquele local, tendo em vista a instalação do Real Instituto Bacteriológico, tendo sido demolidos grande parte do Convento e a sua Igreja em 1897. Durante a demolição, ali se encontrou significativa quantidade de cerâmicas e de outro espólio, entregue, em 1898, ao Museu Etnográfico Português, hoje Museu Nacional de Arqueologia (MNA). Grandes painéis de azulejos foram, naquela data, desmontados e levados para o Convento da Madre de Deus, em Xabregas, onde alguns seriam reutilizados e outros armazenados, sendo em parte ulteriormente expostos no que é hoje o Museu Nacional do Azulejo (AAVV 1907: pp. 286-288).

Trabalhos arqueológicos realizados em 2002-2003 e 2009-2010, sob direcção de dois dos signatários (RVG e MVG), no local onde se erguia o Convento de Santana e se pretendia edificar instalações da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Nova de Lisboa, tiveram como principal fim o cumprimento da legislação em vigor, com vista a salvaguardar possíveis testemunhos ainda ali existentes da casa religiosa.

Aqueles, conduziram à identificação de diversas estruturas, nomeadamente de alicerces das antigas edificações conventuais, uma cisterna, três poços, restos de aqueduto, necrópole (trinta e três sepulturas e cinco ossários) e de doze fossas de detritos, tendo-se exumado milhares de artefactos, ou os seus fragmentos. Estes incluem desde elementos arquitectónicos, a fragmentos de lápides, copiosa colecção de azulejos e de outras cerâmicas, classificadas entre os finais do século XVI e o século XIX, integrando as denominadas cerâmicas comuns, cerâmicas finas, as vidradas ou esmaltadas, faianças portuguesas e importadas, porcelanas chinesas, etc., mas também, vidros, objectos metálicos, de pedra e, mais raros, os que utilizaram matérias-primas duras de origem animal. Também se recolheram grandes quantidades de restos osteológicos e de valvas de espécies, terrestres e marinhas, ali consumidas.

O presente texto pretende contribuir para o estudo holístico dos testemunhos do Convento de Santana de Lisboa.

CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Entre o variado espólio, recolhido nas escavações do Convento de Santana, contam-se cinco exemplares de selos alfandegários de chumbo, provenientes de estruturas negativas, nomeadamente um de poço (Poço 1) e quatro de fossas detríticas (Fossa 3 e Fossa 6).

No caso do Poço 1, recordamos que o mesmo se encontrava descoberto e com a boca completa aquando da primeira visita que fizemos ao local, tendo sido, ulteriormente, em parte aterrado com sedimentos e artefactos de sondagem geológica que cortou grande fossa detrítica (Fossa 1), antes do início dos trabalhos arqueológicos.

A Fossa 3, escavada durante a campanha de 2002-2003, localizava-se nos quadrados 1 e 5, junto ao lado nordeste do Poço 1. Media 1,60 m por 1,00 m, segundo dois eixos ortogonais, e 0,90 m de profundidade. Aí se recolheram artefactos de porcelana chinesa (como exemplificam as taças CS/F3-46, com representação de génio e marca, e CS/F3-47, decorada com flor no fundo e marca), taças de faiança, esmaltadas de cor branca, faiança importada italiana, possivelmente lígure, cerâmica vidrada, cerâmicas finas das oficinas lisboetas ou de outras, e cerâmica comum (fogareiros, tachos, painéis, almotolia, etc.), conta de coral, contas de azeviche e agulha de osso.

A Fossa 6, escavada durante a campanha de 2009-2010, localizada na zona noroeste da escavação, nos quadrados 310, 311, 312, 315, 316, 317, 322 e 323, ocupava área que se estendia por cerca de 14 m². Aí se recolheram cerca de 22000 fragmentos ou artefactos completos de cerâmica, compreendendo a porcelana chinesa, faiança portuguesa de cor branca ou com decoração nas cores azul de cobalto e violeta de manganês, italiana, nomeadamente lígure, cerâmica vidrada de cor verde, de cor castanha ou melada, cerâmica fina, alguma pedrada, cerâmica comum, quatro anéis, um fragmento de bracelete e três contas de vidro, vinte e cinco artefactos produzidos em azeviche, contas, botões, assim como outros pequenos elementos produzidos em osso ou marfim.

Tivemos já oportunidade de dar a conhecer diversos estudos sobre aspectos decorrentes das estruturas e do imenso espólio exumado no Convento de Santana, em particular no que concerne aos testemunhos arquitectónicos, da igreja e do claustro (GOMES e GOMES 2007), à necrópole (GOMES *et alii* 2022) e outras estruturas negativas (GOMES *et alii* 2013), aos azulejos (hispano-árabes, de enxaquetado, de padrão, monocromos ou policromos e esponjados) (ALMEIDA, GOMES e GOMES 2018; 2020), às cerâmicas finas e comuns (GOMES *et alii* 2013), faianças (GOMES, GOMES e CASIMIRO 2016), porcelanas chinesas (GOMES, GOMES e CASIMIRO 2015; GOMES e GOMES 2018; XIONG *et alii* 2023), artefactos em matérias duras de origem animal (marfim, osso, tartaruga, madrepérola, coral) (GOMES, GOMES e GONÇALVES 2017) ou em azeviche (GOMES, GOMES e GONÇALVES 2020), à caracterização espectroscópica de cerâmicas (FERREIRA *et alii* 2016), brinquedos e miniaturas de cerâmica (GOMES, GOMES e CASIMIRO 2019), contas, braceletes ou outros vidros (GONÇALVES, GOMES e GOMES 2020; VALENTE *et alii* 2019).

Tais trabalhos não permitem que esqueçamos o facto de considerarmos que, a par do espólio recolhido, que atesta aspectos da vivência quotidiana do convento, terem existido outras realidades que, dado o seu cariz perecível, só delas dispomos de informação graças às fontes escritas e iconográficas ou, no registo arqueológico, através de testemunhos secundários. É este o caso dos têxteis, indiciados através dos selos alfandegários agora dados a conhecer.

Sabemos que os têxteis utilizados em Portugal tiveram, a partir da Idade Moderna, proveniências muito variadas, desde os produzidos no país, aos procedentes de diferentes regiões da Europa e Norte de África, como do Oriente (Índia e China). Tratando-se de contexto conventual, consideramos que os tecidos utilizados fossem os de linho, algodão ou seda, por forma a serem aplicados no vestuário, na elaboração de toalhas, panos de cozinha, lençóis, mas também para realização de trabalhos mais finos, como bordados e aplicação de rendas, inclusive para paramentos e parafernália religiosa. No convento não seriam adquiridas peças têxteis de cariz industrial, como as utilizadas, por exemplo, na produção de sacas ou de outras embalagens. Não queremos com isto dizer que não tivessem aí existido sacas, mas enquanto contentores de alimentos, sendo meros recipientes e, como tal, não faz sentido que se adquirissem têxteis a granel para esse fim.

OS SELOS ALFANDEGÁRIOS

Como qualquer estado europeu, Portugal desde cedo possuiu sistema fiscal, de que fazia parte complexa estrutura alfandegária, com regras explícitas nas Cartas de Foral, de concessão régia. Para o caso em estudo, como veremos adiante, interessa-nos, em particular, os direitos de

importação, nomeadamente a sisa, imposto, pago ao Estado, que consistia em 10% sobre o valor atribuído às mercadorias com origem exógena. Tal imposto era cobrado na Casa dos Cincos (ou Sincos), delegação aduaneira dependente apenas das Alfândegas de Lisboa e Porto. Aqui eram pagos os impostos sobre os tecidos e restantes mercadorias entradas no território continental, através das chamadas Alfândegas dos Portos Secos. Estas apenas estavam autorizadas a cobrar o imposto da dízima, sendo obrigatório os tecidos e outras mercadorias passarem por uma daquelas delegações aduaneiras em Lisboa e no Porto, para aí ser cobrado o imposto de sisa (SILVA 2002: pp. 208, 212; SOUSA 2016: pp. 47-54; SOUSA 2019: p. 106).

É neste contexto tributário que surgem os selos alfandegários, que serviam para atestar o cumprimento das obrigações fiscais. Todavia, existiam outros tipos de selos de chumbo: os selos de controlo de qualidade, que serviam de garantia, para o comprador, da valia do tecido adquirido; os selos privativos de fabricantes e grandes comerciantes, utilizados como identificação das suas mercadorias, nomeadamente através de monogramas. Estes eram muito comuns no Reino Unido (SOUSA 2016: pp. 36, 37).

Sabemos que a utilização de selos alfandegários de chumbo, para tecidos, teve início, em Portugal, no reinado de D. João II (r. 1481-1495), utilizando-se, antes, principalmente selos de cera. Com D. Manuel I (r. 1495-1521) uniformizou-se a legislação e a requisição de dois selos, como se referiu, um para a entrada em alfândega e outro para o pagamento de sisa (SOUSA 2016: pp. 50, 51).

Nos selos de chumbo, observa-se a utilização de iconografia muito semelhante à usada na numismática, existindo tanto selos anepígrafos, como outros contendo os topónimos da alfândega, mais comumente apenas a sua inicial. Eles possuem duas faces, a A, ou anverso, que apresenta as armas reais, e a B, ou reverso, que mostra esfera armilar e/ou epígrafe.

Os selos alfandegários podem assumir várias formas: os chamados selos de pano, formados por dois discos de chumbo, medindo entre 18 mm e 22 mm de diâmetro, unidos por banda ou charneira do mesmo metal, que eram colocados numa extremidade do tecido através de alicate ou pancada, com cunho que fixava os motivos nele impressos; selos de pano com dois discos providos de charneira, rebite(s) e furo(s), colocado no mesmo local e forma que o anterior; selos de pano tubulares, formados por cilindro oco que se colocava na extremidade do pano e fixava por pressão; selos de bula ou saca, composto por disco singular, perfurado em Y, atravessado por arame ou cordel, utilizado para selar fardos, sacas e documentos (SOUSA 2019: p. 20).

INVENTÁRIO DAS OCORRÊNCIAS

- Selo para pano, formado por dois discos unidos por charneira (CS/P-248). Anverso: escudo coroadado, com as armas reais de Portugal (D. Manuel I, r. 1495-1521). Reverso: rebite circular rodeado pela legenda CAS[A ·] D · CINCO. Na charneira observa-se a letra maiúscula S. Mede 0,030 m por 0,020 m e pesa 13 gramas.

A letra S na charneira deve aludir à cobrança de sisa pela Casa dos Cinco. Ponderou-se a hipótese de o S poder-se referir a D. Sebastião, dadas as semelhanças formais com aquela letra quando existente em numismas. Contudo, o escudo de armas remete-nos para D. Manuel I, encontrando paralelos em muitos selos do século XVI (SOUSA 2019: p. 108).

- Selo para pano, formado por dois discos planos (CS/F3-57). Anverso: escudo coroadado, com as armas reais de Portugal (D. Manuel I, r. 1495-1521, a D. João III, r. 1521-1557). Reverso: legenda D · CINOOS (dos Cincos). Paralelo em Sousa (2019: p. 107). Observa-se impressão de trama têxtil, cuja análise aprofundada pode oferecer informação sobre as suas origens. Mede 0,028 m por 0,042 m e pesa 26 gramas.

- Selo para pano, formado por dois discos unidos por charneira (CS/F6-1865). Anverso: escudo coroadado, com armas reais de Portugal, ladeadas por grinalda (D. João III, r. 1521-1557, a D. Afonso VI, r. 1656-1683). Reverso: esfera armilar. Paralelo em EA5, de Sousa (2019: p. 24). Observa-se impressão de tecido, que análise aprofundada pode oferecer mais informação. Mede 0,030 m por 0,021 m e pesa 21 gramas.

- Selo para pano, formado por dois discos unidos por charneira (CS/F6-1866). Anverso: escudo coroadado, com as armas reais de Portugal, ladeadas por grinalda (de D. João III r. 1521-1557, a D. Afonso VI, r. 1656-1683). Reverso: esfera armilar com paralelo em EA5 de Sousa (2019: p. 24). Mede 0,027 m por 0,023 m e pesa 11 gramas.

- Selo para pano, formado por dois discos unidos por charneira (CS/F6-1867). Anverso: destruído. Reverso: esfera armilar com paralelo em EA5, de Sousa (2019: p. 24) (D. João III r. 1521-1557, a D. Afonso VI, r. 1656-1683). Mede 0,024 m por 0,019 m e pesa 10 gramas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Trabalho académico da autoria de Alexandra X. Pinto (2004), intitulado *Selos de Chumbo Alfandegários*, apresenta a primeira síntese sobre aqueles artefactos encontrados em território nacional. Ali se dão a conhecer exemplares provindos do estuário do Rio Arade, a par dos que até então foram publicados, fazendo-se importante compilação da legislação existente sobre o assunto.

Deve-se ao investigador e numismata José de Sousa, extensos estudos sobre selos de chumbo alfandegários existentes em Portugal, dos séculos XV a XIX (SOUSA 2016; 2019).

Aquele, para além de ter abordado o contexto histórico-funcional dos selos de chumbo portugueses, de acordo com a legislação alfandegária e o controlo fiscal, proporcionou-nos importantes catálogos, com imagens e descrições pormenorizadas de largas dezenas de tais exemplares, constituindo referência incontornável para o seu estudo. Este incide não só nas formas dos selos, como na simbologia variada que ao longo dos séculos foram mostrando, mas elabora sobre aspectos comerciais e tributários onde eles foram usados. O autor mencionado reuniu, ainda, conjunto de selos de fabricantes ou de mercadores estrangeiros, encontrados em Portugal, nomeadamente de Inglaterra, Escócia, Países Baixos, França, Alemanha, Itália e Espanha.

Foram já dados a conhecer alguns conjuntos de selos de chumbo, tanto alfandegários como de fabricantes, procedentes de escavações arqueológicas em Portugal.

Um daqueles acervos provém das escavações arqueológicas realizadas de 1991 a 2000 na chamada Casa do Infante, no Porto, que alojou do século XIV ao século XIX a Alfândega da Cidade, uma das principais do país. Os 117 selos ali inventariados, inteiros ou fragmentados, puderam ser atribuídos a diversas alfândegas portuguesas, nomeadamente à do Porto, mas também de cidades estrangeiras (Alemanha, Inglaterra, França e Países Baixos) (DÓRDIO, TEIXEIRA e LOPES 1997: pp. 177, 178; FERNANDES 2014).

Conjunto bem menor, mas não menos importante, foi recolhido durante as escavações arqueológicas do Campo das Cebolas, na frente ribeirinha de Lisboa, em 2016. Trata-se de onze selos de chumbo e de um de ferro, destinados ao controlo fiscal dos impostos sobre a importação de têxteis ou de fabricantes. Um dos selos foi atribuído à cidade alemã de Augsburg (1556-1630), outro, tubular, a Norwich (Inglaterra), um exemplar tem esfera armilar e os restantes encontram-se muito deteriorados, para se poder identificar iconografias e origens (SIMÃO e MIGUEZ 2017). Não longe, durante trabalhos arqueológicos no Largo do Chafariz de Dentro, foi descoberto selo de chumbo. Este, atribuído à segunda metade do século XVI, mostra, no anverso, escudo com escudetes verticais e, no reverso, esfera armilar e a letra maiúscula L, indicando a sua origem (MIRANDA e NOZES 2015: p. 212). Ainda em Lisboa (Rua do Patrocínio 9, sondagem 1[125]), recolheu-se

exemplar atribuível à segunda metade do séc. XVI, apresentando no reverso esfera armilar e o anverso ilegível (escavação M. Martingil e M. Almeida, a quem agradecemos a informação).

Escavações arqueológicas, realizadas no Castelo de Torres Vedras (LUNA e AMARO 2009: pp. 102-104; ELIAS 2012: pp. 48, 49), descobriram três selos de chumbo, do século XVI, assim como um outro recuperado em poço na mesma cidade, com idêntica cronologia (CARDOSO e LUNA 2012). Também trabalhos arqueológicos efectuados no Castelo de Silves, sob direcção de um de nós (RVG), em diferentes contextos cronológicos, revelaram alguns de tais artefactos, um dos quais nomeia a alfândega de Faro (CAST.SILV. Q694/C1B).

Dois dos presentes autores (RVG e MVG), encontraram três selos alfandegários de chumbo, com a esfera armilar, nas escavações que dirigiram no Funchal, com Rui Carita, e que integram as colecções do Museu do Açúcar naquela cidade. Provêm da camada 3, correspondente aos séculos XV e XVI, do poço da Casa de João Esmeraldo, onde se associavam a, entre outros artefactos, numisma de dez reais, cunhado no reinado de D. João III (r. 1521-1557) e a dois de cinco reais, do reinado de D. Sebastião (r. 1557-1578) (GOMES e GOMES 1989: pp. 23, 39).

Embora desprovidos de contexto arqueológico, importa mencionar outras ocorrências de selos alfandegários de chumbo. Assim, Pedro A. de Azevedo (1908: pp. 21, 22) transcreveu texto surgido no *Diário de Notícias* de 9.4.1907, sobre o aparecimento na Praia da Nazaré, de “*grande quantidade de sellos de chumbo*”, oferecendo o desenho de um deles, com esfera armilar e escudo nacional.

Dragagens no estuário do Rio Arade, no Algarve, proporcionaram a recolha de trinta e dois selos de chumbo (Projecto IPSIIS), que o Museu de Portimão conserva, oferecendo morfologia variada, mas a maioria do século XVI e já referidos (PINTO 2004: pp. 23, 35-49; SILVEIRA 2014: p. 109 n.ºs 234-238). Dois outros selos surgiram na Praia do Baleal (Peniche) (PINTO 2004: pp. 25, 50; SILVEIRA 2014: p. 111 n.ºs 247, 248¹) e um em Vila do Conde, na Casa de São Roque, em contexto do século XVIII, embora deva ser mais antigo (PINTO 2004: pp. 30, 31, 51).

Em São Julião da Barra foram encontrados, em meio aquático, três selos de chumbo, um deles seguramente relacionável com o naufrágio do navio Nossa Senhora dos Mártires, ocorrido após 1605 (ALVES *et alii* 1998: p. 194; SILVEIRA 2014: p. 96 n.º 174²).

Dois selos de chumbo, um dos quais por certo alfandegário, surgiram nas escavações de Hipólito Cabaço, no Castelo de Alenquer (RAPOSO 2017: pp. 46, 82, 257, n.ºs 199 e 200).

Espólio proveniente de trabalhos arqueológicos realizados no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa) incluía, igualmente, selo para tecido, de chumbo, que “*no anverso mostra esfera armilar e na parte superior pequena chapa com o número 16. No reverso, embora danificado, apresenta as armas do reino de Portugal adoptadas a partir do reinado de D. João II, com os escudetes laterais apontados para baixo e a bordadura de 7 castelos*”³.

Nove selos alfandegários de chumbo, destituídos de contexto arqueológico, pertencentes à Coleção Rainer Daehnhardt, foram classificados entre 1495 e 1521, sendo dados a conhecer na exposição *Cumpriu-se o Mar - A Arte na Rota do Oriente* (1983). Um destes selos apresenta ramo de boninas, empresa usada pela rainha D. Maria, segunda mulher de D. Manuel I (PINTO 1983: p. 79).

Como seria de esperar, a difusão dos selos alfandegários de chumbo portugueses haveria de chegar a outros continentes, seguindo rotas marítimas, conforme ilustram os dois selos com esfera

1 <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1070206&EntSep=3#gotoPosition> ; <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1070207&EntSep=3#gotoPosition>

2 <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1070142> ; <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1071317&EntSep=3#gotoPosition> ; <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1071318&EntSep=3#gotoPosition>

3 <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1116425>

armilar, e em um deles associada a Cruz de Cristo, encontrados em Santa Fe la Vieja, na Argentina (LETIERI *et alii* 2009: p. 170, n.ºs 55068, 55069).

CONCLUSÕES

É notória a pequena quantidade de selos procedentes da área de implantação e das estruturas negativas do antigo Convento de Santana de Lisboa, em relação ao enorme volume de espólio recolhido. Tal pode residir no facto do chumbo ser material fácil de reutilizar, pois funde a baixa temperatura, mas também porque aqueles eram tendencialmente destruídos quando deixavam de ter utilidade, aspecto que obstava a que fossem reutilizados fraudulentamente.

As cronologias deduzidas para os selos agora dados a conhecer, correspondem aos primeiros tempos de ocupação da casa religiosa, ou seja, à segunda metade do século XVI, e primeiros anos da centúria seguinte.

Os selos alfandegários, embora não constituam espólio raro em contextos arqueológicos das Idades Média e Moderna, não têm sido ainda muito estudados, pelo que importa registar as suas ocorrências, fazer análises às ligas de chumbo utilizadas, assim como investigar as impressões neles deixadas por alguns têxteis, de modo a perceber-se a origem, o tráfico e o consumo de tais bens.

Os achados de selos alfandegários, dos séculos XVI e XVII em Portugal, evidenciam distribuição costeira. Constituem exceções os encontrados na antiga alfândega do Porto, onde eram produzidos e utilizados, os de Torres Vedras e Alenquer, como os agora dados a conhecer do Convento de Santana de Lisboa.

É possível que tal distribuição seja reflexo de descarte de lixos urbanos no mar e, em alguns casos, do tráfego marítimo relacionado com a exportação e importação de têxteis. Só a continuação do registo e estudo de novas ocorrências, poderá lançar novas luzes sobre a biografia destes artefactos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2018), A first approach to the tile collection from the Convento de Santana (Lisbon, Portugal), in PEREIRA, S., MENEZES, M. e RODRIGUES, J. D. (eds), *International Conference Glazed Ceramics in Cultural Heritage, GlazeArt 2018*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pp. 42-44, 251-267.
- ALMEIDA, M.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2020), Os azulejos do Convento de Santana de Lisboa: primeira abordagem, *Arqueologia & História*, 70, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 293-309.
- ALVES, F.; CASTRO, F.; RODRIGUES, P.; GARCIA, C.; ALELUIA, M. (1998), Arqueologia de um naufrágio, in AFONSO, S. L. (coord.), *Nossa Senhora dos Mártires. A Última Viagem*, Lisboa, Pavilhão de Portugal/Expo98 e Editorial Verbo, pp. 183-215.
- AZEVEDO, P. A. de (1908), *Miscellanea, O Archeólogo Português*, XIII, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 10-37.
- CARDOSO, G.; LUNA, I. (2012), Fragmentos do quotidiano urbano de Torres Vedras, entre os séculos XV e XVIII. Um olhar através dos objectos, in TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 1, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R. J.; LOPES, I. A. (1997), La Maison d'Henri le Navigateur. Les maisons médiévales de la Douane et de la Monnaie, un centre de la couronne portugaise dans la ville de Porto (Portugal), in VERHAEGHE, F., *Exchange and Trade in Medieval Europe – Papers of*

- the Medieval Europe Brugge 1997 Conference*, vol. 3, Zellik, Institute for the Archaeological Heritage, pp. 171-182.
- ELIAS, M. M. de M. (2012), *Cem Melhores Peças e Conjuntos do Museu Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras)*, Lisboa, Câmara Municipal de Torres Vedras.
- FERNANDES, B. (2014), *Selos de mercadorias tardomedievais e modernos das escavações arqueológicas da Casa do Infante (Porto)*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1989), Intervenção arqueológica. *Escavações nas Casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo. Catálogo*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, pp. 27-48.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2007), Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados Preliminares, *Olisipo*, II série, 27, Lisboa, pp. 75-92.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M. (2015), Convents, monasteries and porcelain: a case study of Santana Convent, Lisbon, in BUXEDA I GARRIGÓS, J.; MADRID I FERNÁNDEZ, M.; G. IÑÁÑEZ, J. (edit.), *Global Pottery1. Historical Archaeology and Archaeometry for Societies in Contact*, Oxford, Archaeopress, pp. 93-101 (British Archaeological Reports, I.S. 2761).
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M. (2016), Portuguese faience in Santana Convent, Lisbon, in GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M., GOMES, M. V. (ed.), *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th Centuries)*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, pp. 79-90.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M. (2019), Ceramic toys and miniatures from the 16th-18th century found in Lisbon, in BLAZKOVÁ, G.; MATEJKOVA, K. (eds), *Europa PostMediaevalis 2018: Post-medieval pottery between (its) borders*, Oxford, Archaeopress Publications LTD, pp. 261-268.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; GONÇALVES, J. (2017), Objectos produzidos em matérias duras de origem animal, do Convento de Santana, de Lisboa, in *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, Lisboa, Centro de Arqueologia de Lisboa / Departamento de Património Cultural / Direcção Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 84-105.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; GONÇALVES, J. (2020), Artefactos de azeviche no Convento de Santana de Lisboa, *Arqueologia & História*, 70, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 311-327.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; BOAVIDA, C.; GONÇALVES, J. (2022), Espólios funerários do Convento de Santana em Lisboa (campanha de 2002-2003). *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 71-72, pp. 73-90.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2018), Garrafa | Vase, nº 29, in FONSECA, J. B. da; MARTINS, M. M. d'O. (coords), *Três Embaixadas Europeias à China*, Lisboa, Fundação Oriente, p. 106.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V.; ALMEIDA, M.; BOAVIDA, C.; NEVES, D.; HAMILTON, K.; SANTOS, C. (2013), Convento de Santana (Lisboa). Estudo preliminar do espólio da Fossa 7, in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (coord.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1057-1065.
- GONÇALVES, J.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2020), Adereços de vidro, dos séculos XVI-XVII, procedentes do antigo Convento de Santana de Lisboa (anéis, braceletes e contas), in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (coord.), *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1815-1835.
- LETIERI, F.; COCCO, G.; FRITTEGOTTO, G.; CAMPAGNOLO, L.; PASQUALI, C.; GIOBERGIA, C. (2009), *Catálogo Digital Santa Fe La Vieja (1573-1660). Bienes Arqueológicos del Departamento de Estudios Etnográficos y Coloniales de la Provincia de Santa Fe*, Santa Fe, Gobierno de la Provincia de Santa Fe, Consejo Federal de Inversiones.

- LUNA, I.; AMARO, C. (2009), *Castelo de Torres Vedras. Resultados dos Trabalhos Arqueológicos 2003*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras.
- MIRANDA, P.; NOZES, C. (2015), Selo alfandegário, in TEIXEIRA, A.; VILLADA PAREDES, F.; SILVA, R. B. (coord.), *Lisboa 1415 Ceuta. História de Duas Cidades*, Ceuta, Ciudad Autonoma de Ceuta/Câmara Municipal de Lisboa, p. 212.
- PINTO, A. X. (2004), *Selos de Chumbo Alfandegários*, Relatório Final de Conclusão da Licenciatura em História - variante Arqueologia. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- PINTO, M. H. M. (1983), Selos alfandegários, in CUNHA, R. B. S., *Cumpriu-se o Mar – A Arte na Rota do Oriente. XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura (Jerónimos II)*, Lisboa, p. 79, nº 3.
- RAPOSO, R. D. C. (2017), *Castelo de Alenquer: Ensaio sobre a Colecção Hipólito Cabaço*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, F. R. da (2002), Alfândegas lusas em finais de Setecentos: fiscalidade e funcionalismo, in AMORIM, I.; POLÓNIA, A.; OSSWALD, M. H. (eds), *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, pp. 205-216.
- SILVEIRA, A. (coord.) (2014), *O Tempo Resgatado ao Mar*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SIMÃO, I.; MIGUEZ, J. (2017), O conjunto de selos de chumbo proveniente do Campo das Cebolas, in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (coord.), *Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1891-1900.
- SOUSA, J. (2016), *Selos de Chumbo. Os Testemunhos de Intercâmbios Comerciais e do Controlo Fiscal no Algarve, do Século XV ao Século XIX*, Portimão, Associação Projecto IPSIIS.
- SOUSA, J. (2019), *Os Selos Alfandegários Portugueses em Chumbo. Séculos XV a XIX*, Portimão, Associação Projecto IPSIIS.
- VALENTE, F. P.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V.; COUTINHO, I.; MEDICI, T.; VILARIQUES, M. (2019), Renaissance *Millefiori* glass: the Portuguese case study, in MANDRUS, J.; SCHUSSLER, V. (eds), *Recent Advances in Glass and Ceramics Conservation 2019 (Interim Meeting of the ICOM-CC Working Group ▪ September 5-7, 2019 ▪ London, England)*, London, British Museum, pp. 217-221.
- VIEIRA DA SILVA, A. (1950), *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- XIONG, H.; GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; GONÇALVES, J.; LI, S. (2023), Chinese porcelain marks found at the Santana Convent in Lisbon, in BLAZKOVÁ, G.; MATEJKOVÁ, K.; CASIMIRO, T. M.; SILVA, R. C. da (eds), *Connections and Networking, Europa Postmedievalis 3/2022*, Oxford, Archaeopress, pp.115-123.

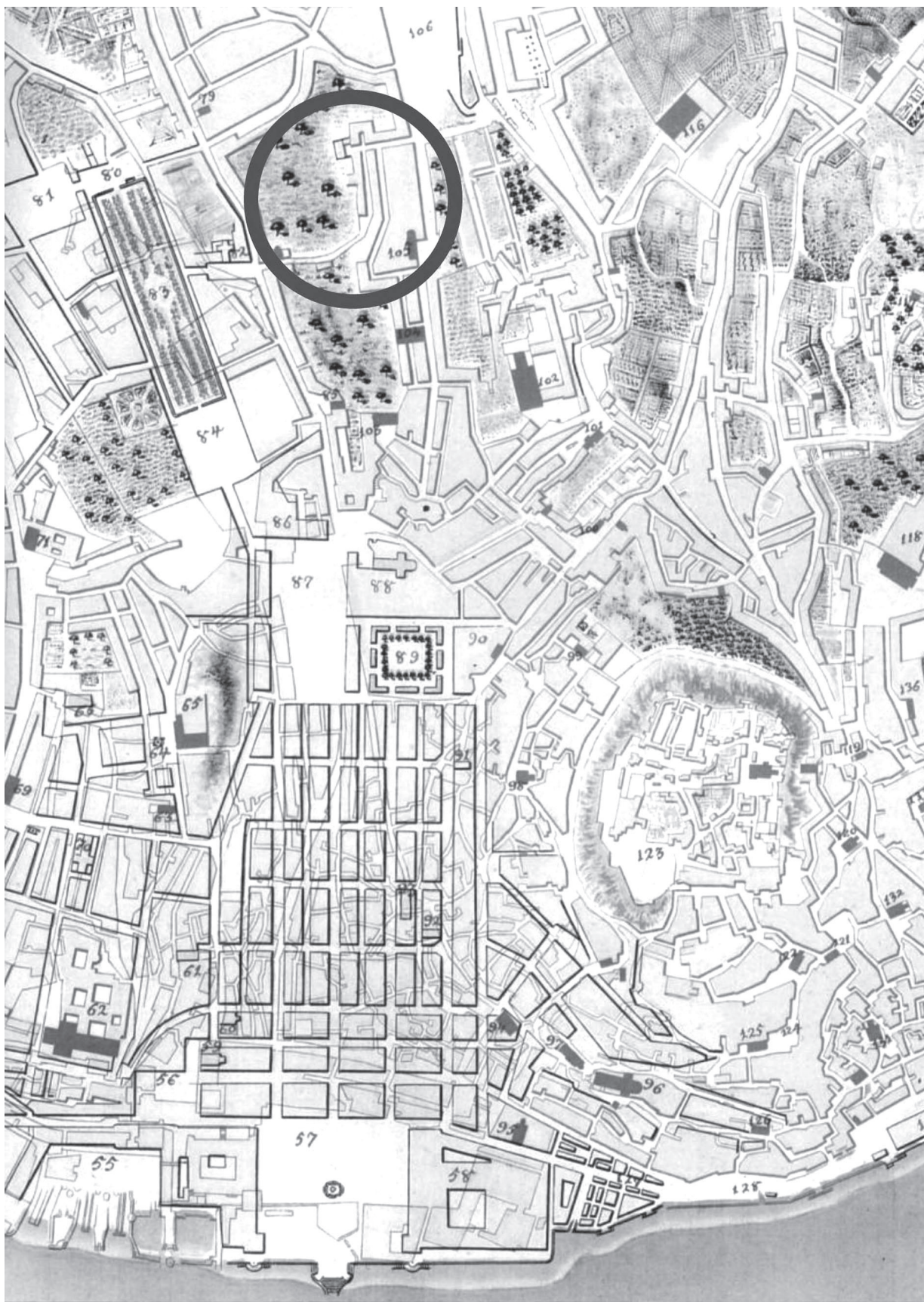


Fig. 1: Localização do Convento de Santana, em sector de planta de Lisboa, dos finais do século XVIII (seg. A. VIEIRA DA SILVA 1950: plata nº 4).



Figura 3: Os selos alfandegários do Convento de Santana de Lisboa (fotos J. Gonçalves).

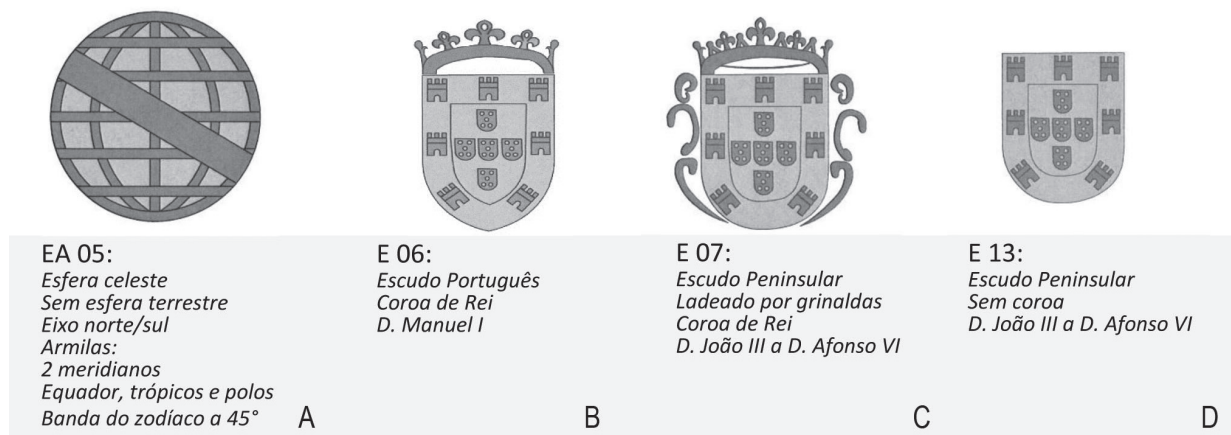


Figura 4: Iconografia reconhecível nos selos alfandegários do Convento de Santana de Lisboa (seg. SOUSA 2019: A. p. 24, B. a D. p. 22).

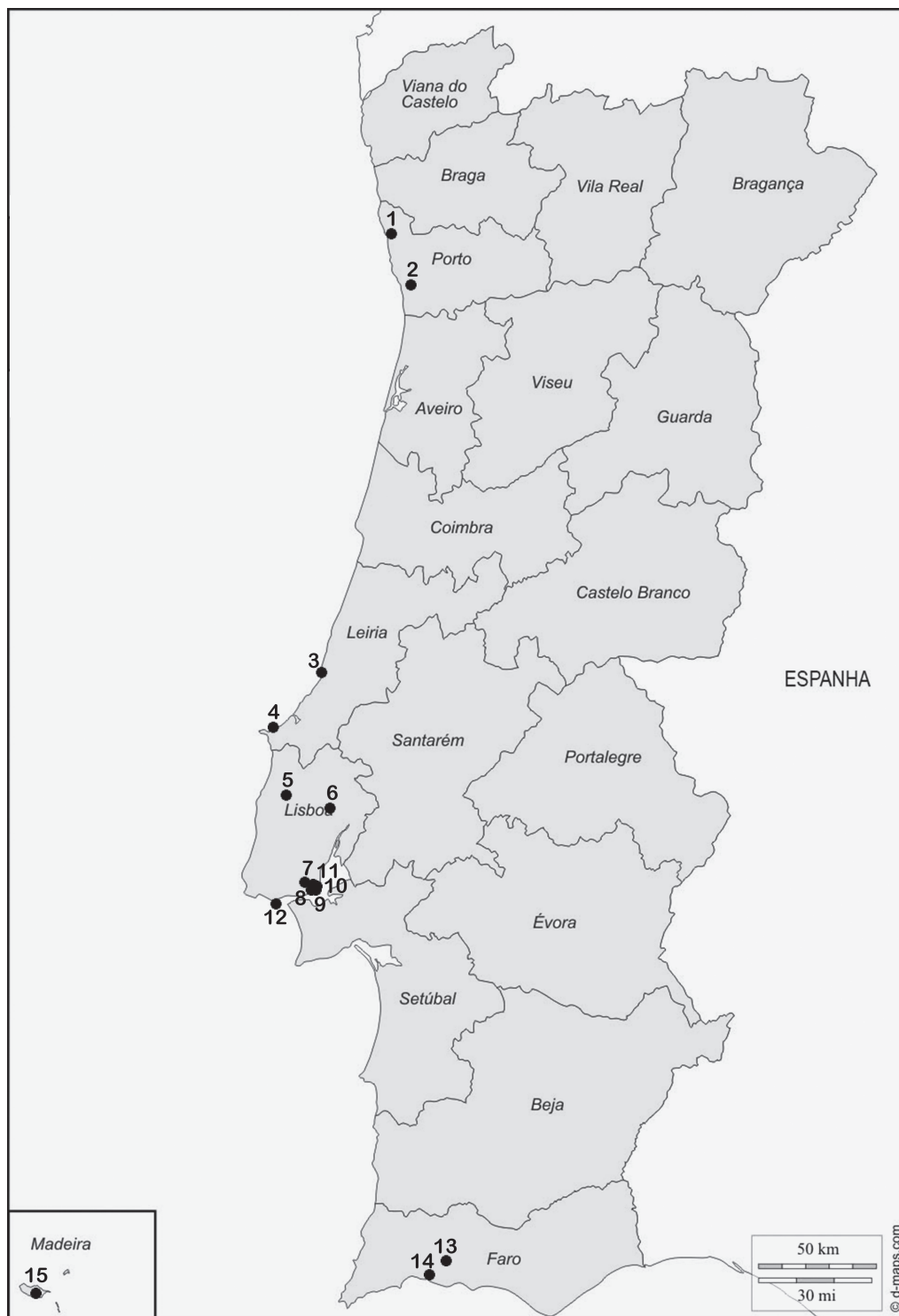


Figura 5: Selos alfandegários em Portugal, locais e número de exemplares recolhidos em cada um, reflectindo evidente dispersão litoral. 1. Casa de São Roque, Vila do Conde (1); 2. Casa do Infante, Porto (117); 3. Praia da Nazaré (1); 4. Praia do Baleal (2); 5. Castelo e Paços do Concelho de Torres Vedras (4); 6. Castelo de Alenquer (2); 7. Rua do Patrocínio 9, Lisboa (1); 8. Convento de Santana, Lisboa (5); 9. Rua dos Correiros, Lisboa (1); 10. Campo das Cebolas, Lisboa (11); 11. Largo do Chafariz de Dentro, Lisboa (1); 12. São Julião da Barra, Oeiras (3); 13. Castelo de Silves (1); 14. Rio Arade, Portimão (32); 15. Casa de João Esmeraldo, Funchal (3).